

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO

CRUZEIRO DO OESTE

2014

ANGELA APARECIDA DA SILVA MUNHOZ PRIORI

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Liliani Tiepolo

CRUZEIRO DO OESTE

2014

SUMÁRIO

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA.....	8
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	10
4. CONCLUSÃO	18
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar, através de um levantamento bibliográfico, o histórico da Educação no Campo, suas particularidades, suas práticas e formação de um currículo e como se pode formar homens e mulheres para que essa educação ocorra da maneira mais adequada. Também foram levantadas as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica visando à educação do campo no Brasil, principalmente como forma de contribuir para a inclusão social do educando do campo. Percebeu-se, pela leitura de trabalhos sobre o tema que, ainda hoje, existe a necessidade da integração social, que vem sendo discutida já desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) contidos na Nova LDB sob a Lei nº. 9.394/96. A pesquisa encaminhou-se para a finalidade de, além de montar um cabedal de conhecimentos sobre o tema, disseminar as informações colhidas, buscando provocar na sociedade brasileira e órgãos públicos uma maior adesão ao movimento para essa educação diferenciada e uma preocupação maior com a formação dos educadores para essa tarefa. Na consulta bibliográfica sobre o tema, percebeu-se uma necessidade de preparação e de qualificação profissional mais adequada, pois são os professores e educadores em geral as ferramentas fundamentais para uma metodologia voltada para as questões pedagógicas do campo no sistema educacional, assim como a formação de um currículo adequado a ela. Percebeu-se, também, que a necessária inclusão advinda da Educação do Campo, no Brasil, caminha muito lentamente. Aos poucos, porém, órgãos responsáveis pela prática pedagógica do campo vêm formando professores para uma prática diferenciada daquilo que se convencionou chamar a educação, e estes estão começando a acreditar na aprendizagem e no reconhecimento da diversidade do campo. Assim, optou-se por um levantamento teórico em que predomine a formação dos educadores para as questões pertinentes a essa educação e essa formação de um novo paradigma envolve, obrigatoriamente, governo, sociedade, e principalmente a profissionalização dos professores.

Palavras-chave: educação, campo, formação, educadores.

1. INTRODUÇÃO

A educação do campo tornou-se, com as mais recentes abordagens do governo em prol de uma educação mais plural, uma realidade no campo das pesquisas educacionais no Brasil. Dentre as muitas abordagens que estão sendo realizadas por vários pesquisadores, há uma concentração essencial no que se poderia chamar de fundamentos da educação do campo com suas mais variadas práticas pedagógicas.

Essas abordagens variam desde a caracterização do histórico da educação do campo, com o estudo obrigatório dos movimentos sociais que contribuíram mais firmemente para que essa educação se tornasse uma realidade, passando também pela perspectiva de que, apesar da educação no campo já ter décadas de estudo e discussão, a formação dos educadores para ela ainda engatinha.

No entanto, afinal, como poderíamos tratar da prática pedagógica para uma educação de qualidade no campo sem que tratemos inicialmente da formação dos professores para tal tarefa? Sob quais paradigmas históricos, políticos e filosóficos da educação se encaixam os educadores e educadoras do campo?

Além disso, que ferramentas pedagógicas podem ser acionadas para melhor aproveitamento dessa educação? Como construir um currículo que atenda às necessidades do homem do campo e, ao mesmo tempo, contribua para que não haja mais exclusão?

São questões que necessitam de respostas urgentes, pois não há mais tempo a ser perdido em reuniões inócuas uma vez que as escolas do campo já se tornaram realidade, porém os educadores delas ainda são os mesmos de outras escolas. É preciso ter maior clareza sobre essa prática pedagógica que ainda desafia as próprias políticas públicas em educação.

É necessário, primeiramente, que se leve em conta o conceito anterior aos anos 90 de que a educação no campo era somente um prolongamento da educação urbana. Não que tenha havido uma separação drástica entre as duas, porém, a partir dos anos de 1990, movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da

Terra (CPT), da Igreja Católica, vendo mudanças no cenário educacional internacional em direção a uma ideologia liberal, deram início a uma discussão sobre melhor compreender como e quando a educação no campo e a educação urbana se separam, e começa-se então como reação a essa ideologia, discutir novos e diferentes meios para formação de professores rurais e urbanos.

Essas mudanças começaram por essa época devido ao fato de que houve grandes transformações no panorama mundial, como o fim dos regimes socialistas; a ascensão econômica dos chamados “Tigres Asiáticos”; uma nova divisão internacional do trabalho via blocos econômicos fechados, como o Mercado Comum Europeu, que se torna realidade, e as discussões avançadas para que se construa um bloco semelhante na América latina, o MERCOSUL. (Nascimento, 2005)

Ocorre então intensa e diversificada produção de propostas em nome de uma qualidade nova para a educação e formação de professores urbanos do campo. Mas no fundo o que acontece é que se estava somente criando uma aparência de enfrentamento das profundas divisões entre a formação de tais educadores.

É um fato histórico que as populações do campo têm sido reféns da consolidação de uma política educacional herdada do modelo urbano.

O que deveria acontecer, no entanto, para que haja realmente uma forte presença de políticas educacionais para o campo, é o estabelecimento de programas, formação de educadores e atividades para atender a essas populações não como um nicho da urbe, mas como uma população diferente.

Para isso é preciso que a educação do campo seja mobilizadora e a que união dos seus sujeitos resista a essa dominação de políticas urbanas e adaptadas ao campo.

Não se pode ou se deve falar da formação de professores para uma educação de qualidade no campo sem que se leve em consideração o Plano de Ação proposto pela UNESCO:

O proeminente papel do professor e demais profissionais da educação no provimento de educação básica de qualidade deverá ser reconhecido e desenvolvido, de forma a otimizar sua contribuição. Isso irá implicar a adoção de medidas para garantir o respeito aos seus direitos sindicais e liberdade profissional, e melhorar suas condições e status de trabalho, principalmente em relação a sua contramão, formação inicial, capacitação em serviço, remuneração e possibilidades de desenvolvimento na carreira

docente, bem como permitir ao pessoal docente a plena satisfação de suas aspirações e o cumprimento satisfatório de suas obrigações sociais e responsabilidades éticas. (UNESCO, 1990, p. 05)

Assim como o Relatório Delors afirma que:

O trabalho do professor não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los sobre a forma de problemas a resolver, contextualizando-os e perspectivando-os de tal modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e as outras interrogações mais abrangentes. A relação pedagógica visa ao pleno desenvolvimento da personalidade do aluno no respeito pela sua autonomia e, deste ponto de vista, a autoridade de que os professores estão revestidos tem sempre um caráter paradoxal, uma vez que não se baseia numa afirmação de poder, mas no livre reconhecimento da legitimidade do saber (DELORS, 1998, p. 157.)

E considerando tanto a educação como o profissional dela como pontos chave para esta se realize com plenitude e qualidade, este trabalho passa a descrever como, na visão de diversos autores, acontece, ou seria preciso que acontecesse, a formação da escola e dos educadores para que realmente haja, frase também propagada pela UNESCO, “educação para todos”, e que esta seja da melhor qualidade.

2. METODOLOGIA

Como este trabalho foi realizado primordialmente através de levantamento da bibliografia disponível sobre o tema, é preciso dizer que houve grande preocupação com a leitura e com a compilação dos trabalhos dos diversos autores aqui citados.

Primeiramente, a partir da nossa própria experiência com o trabalho na Escola Estadual Ouro Verde de Educação do Campo, houve certa facilidade de acesso a documentos oficiais, como leis, decretos e portarias emitidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Ministério da Educação.

Alguns dos documentos citados aqui neste trabalho, como a Instrução Conjunta 001/2010, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e mesmo as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo são textos com os quais trabalhamos frequentemente e deles temos certo conhecimento mais íntimo, também por fazerem parte do acervo de documentos da nossa escola.

Também para a elaboração deste trabalho foram muito importantes as reuniões feitas pelo Núcleo Regional de Ensino de Umuarama, exclusivamente para se discutir a educação no campo e o funcionamento dessas escolas.

À leitura dos textos sobre o tema ora trabalhado aqui, seguiu-se um trabalho de fichamento dos textos que seriam aproveitados para a realização deste.

A pesquisa estendeu-se à internet e foi muito importante a utilização do Google como ferramenta de busca para alguns dados, como os citados do Inep, ou a Revista Eletrônica de Culturas e Educação, assim como consultas ao sítio do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Paraná e ao sítio do ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

As vivências apresentadas derivam da prática como pedagoga na escola Estadual do Campo Ouro Verde. Elas são relatos como observações diretas da autora nesse período.

Após isso, durante os meses de fevereiro e março, iniciei a digitação do trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da mesma forma que a Declaração de Jontiem, 1990, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 205 afirma que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” e que “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Esse conceito de direito à educação é uma das cláusulas pétreas da nossa Constituição, porém ela não menciona os diferentes tipos de educação que hoje se fazem necessários e, como se pode perceber, a educação do campo não está contemplada especificamente nesse conceito, pois ele aborda somente o direito à educação e não a uma educação diferenciada.

Ao afirmar que quando (a Constituição) insiste no mote Educação e Cidadania, é porque a sociedade ainda carece desses fatores vitais, portanto, o pensamento do presente confirma a ausência da verdadeira educação e da autêntica cidadania. Ao consideramos, em particular, o espaço rural, essa carência se torna ainda mais evidente. (JUNIOR & BORG, 2011, p. 12)

Os mesmos autores afirmam que a educação do campo, ou rural, sempre foi relegada aos espaços mais periféricos da educação, por causa de uma construção hegemônica de educação voltada para a população urbana tendo, desta forma, estigmatizado e inferiorizado uma parcela rural da sociedade.

Em 1998, em Luziânia, Goiás, ocorreu um encontro que foi considerado como um divisor para as políticas da educação brasileira: *a Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo*, promovida pelo Movimento Sem Terra, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Universidade de Brasília, UNICEF e UNESCO.

O documento da Conferência assinalava que as lutas dos movimentos sociais do campo não se limitavam a uma educação escolar em sentido restrito, mas colocaram ênfase em um projeto de educação pública em que a formação seja ao longo de toda a vida do cidadão de acordo com sua necessidade.

A partir dessas constatações, o Estado do Paraná, através de alguns documentos oficiais, como o Parecer nº 1011/10, que instituiu normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no seu sistema estadual de ensino, assim como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo e da Resolução 4783/2010 da Secretaria de Estado da Educação, que reconheceu a Educação do Campo como uma política pública educacional voltada ao atendimento escolar das populações rurais nas Escolas do Campo, começou um processo de consolidação dessas escolas.

A Instrução Conjunta 001/2010 trouxe instruções a todos os envolvidos no processo educacional, Secretaria de Educação e Escolas, para que se fortalecessem e consolidassem as políticas públicas voltadas para a educação no campo e que ficava a cargo da direção e equipe pedagógica das escolas:

- I. definir a identidade da Escola do Campo em assembléia pela Comunidade Escolar em conjunto com a comunidade local, sob a coordenação do respectivo NRE de Educação e a Direção, com registro em Ata;
- II. solicitar o reconhecimento da escola como Escola do Campo, junto ao SERE para adequação dos registros para fins de informação censitária, estatística, político-pedagógica e de financiamentos específicos e conjuntamente com uma cópia da ata, protocolá-lo no NRE ao qual sua escola está jurisdicionada;
- III. explicitar no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar a caracterização socioeconômica, política, cultural e socioambiental, bem como, dos sujeitos que compõe a comunidade escolar;
- IV. desenvolver mecanismos que possam ampliar a participação da comunidade na escola e/ou articular-se com a sociedade civil organizada, particularmente, com as organizações populares e movimentos sociais vinculados à Educação do Campo;
- V. promover a gestão democrática, pautada na participação efetiva dos profissionais da educação, instâncias colegiadas (Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantil) e comunidade local, conforme orientações da SEED;
- VI. definir a matriz curricular, forma de organização pedagógica (série, ciclos, áreas do conhecimento, módulo, entre outras formas de organização), adequadas às diferentes realidades e necessidades presentes no Campo, conforme legislação e orientações do SERE;
- VII. encaminhar ao NRE e à SEED/DEDI/CEC, as propostas de trabalhos pedagógicos locais de pesquisa que visem a produção e/ou aquisição de material didático próprio e adequado à realidade do Campo, considerando as diretrizes e legislações vigentes;
- VIII. organizar com a comunidade escolar, atividades e conteúdos significativos ao contexto socioeconômico, político, cultural e socioambiental, considerando as orientações vigentes da SEED, preferencialmente, atividades educacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, solidário e agroecológico (PARANÁ, 2010, p. 03).

A partir desse ponto, resta ao Estado, Secretaria de Educação e Escola o provimento de pessoal humano, educadores e educadoras, para que se efetive uma educação voltada ao campo e se cumpram essas instruções, uma vez que a escola foi reconhecida e estará voltada para essa finalidade.

Assim, cai por terra a concepção de que o viver no meio rural dispensaria uma necessidade de conhecimentos e que não era escola que deveria socializar tais conhecimentos, uma vez que a homogeneidade de suas relações sociais indicava uma educação generalizada, mas voltada ao urbano, principalmente devido aos intensos movimentos migratórios que ocorreram em direção às cidades nas décadas passadas.

Essa formação de educadores e educadoras encontra um movimento de educação popular visto como uma prática educativa diferenciada, mais compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas, que vem em consonância com as exigências para uma educação diferenciada de uma escola diferenciada, mas somente no sentido de que é preciso um novo olhar para essas populações (Antonio&Lucini, 2007).

Concordando com esse ponto de vista, temos Vendramini (*apud* Martins & Coelho, 2009) assinalando que o nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a já assinalada diversidade de sujeitos, contextos, culturas e formas de produção e ocupação do meio rural.

Essa reflexão toma um caráter mais forte quando se lembra da educação do campo voltada ao assistencialismo, reforçando uma dominação do latifúndio sobre as classes populares. Com isso, a educação no campo é uma educação dos que vivenciam o campo, relacionando-se com a terra como um lugar de existência e de realização da vida (Martins & Coelho, 2009).

Se considerar que a educação é feita para e pela autonomia dos sujeitos, a consideração dos autores está coberta de razão, importando muito se os educandos são ou não do campo, havendo determinadas especificidades nestes, em suas relações pessoais e espaciais, mas sem confronto com a educação urbana, que também visa à autonomia dos sujeitos, mas voltada a uma espacialidade diversa.

De maneira geral, os autores consultados concordam que a visão da escola rural, e mesmo da população rural, tem um aspecto: o do atraso social, político e cultural, e que é necessário rever esse estigma e o melhor caminho é fazer uma educação mais eficiente para o campo, sem que sua base seja a mesma da urbana, mas seus fins, ou seja, a autonomia do sujeito, o aluno tornando-se sujeito de sua história, sejam os mesmos.

Os movimentos sociais têm tido papel relevante nesse aspecto de trazer a educação no campo e suas particularidades ao debate, seja através de iniciativas como as Conferências de Educação no Campo, seja estabelecendo parcerias para ações concretas com universidades em busca de um currículo mais apropriado para ela.

Apesar de tudo o que se propôs para a educação do campo até este momento, ainda não se chegou a um consenso sobre o perfil adequado para o profissional que as escolas do campo necessitam e que seja um perfil coerente com essa nova perspectiva de educação do campo que vem sendo construída pelos movimentos sociais (Muniarin, 2006).

A única certeza relevante é apenas de que a formação desse educador deve estar assentada em princípios universais já consagrados no setor das ciências da educação.

Esse educador também deve levar em conta que o campo é constituído de especificidades que não podem ser ignoradas nos processos educativos e, mais que isso, elas somente estarão presentes se o educador tiver tido formação adequada para despertá-las e tratar com elas.

É preciso considerar que essa formação implicará uma revisão da própria organização pedagógica da escola do campo, uma vez que sua totalidade se voltará para um projeto pedagógico diferenciado.

Questões pertinentes à realidade rural como a organização de classes multisseriadas exigirão que a formação desse educador seja específica para tais particularidades, uma vez que essas classes são muito comuns nessas escolas (Munarin, 2006).

É isso que exigirá uma ação de reorientação e reorganização da escola do campo quanto ao seu funcionamento e a implantação de um currículo para ela. Também é preciso que a formação desses educadores contemple essa nova dinâmica na organização escolar. Obviamente, que uma política implica a outra, e é assim que tem de ser pensada e planejada, levando-se em conta múltiplos e complexos elementos.

Sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. A maioria das educadoras e educadores vai, cada dia, da cidade à escola rural e de lá volta a seu lugar, a cidade, a

sua cultura urbana. Consequentemente, nem tem suas raízes na cultura do campo, nem cria raízes (ARROYO, 2007, p. 169).

O Censo Escolar feito pelo Inep em 2007 traz, neste ponto, um dado interessante: 76,83% dos professores das escolas do campo possuem formação superior, enquanto que, entre os educadores da área urbana, 52,68% possuem a mesma formação. Ou seja, os professores do campo possuem, estatisticamente, uma formação educacional maior do que os “urbanos”, porém não há menção sobre se essa formação é específica para o campo.

Temos então uma discussão muito adiantada sobre a identidade das escolas do campo, sobre sua necessidade e suas especificidades, porém é de se questionar a demora na formação específica dos docentes para atuarem nessas escolas, assim como a necessidade práticas pedagógicas para elas e, principalmente, de um currículo adequado, que contemple suas particularidades.

Faz parte inclusive da noção de campo que o saber acumulado pelos agricultores forma um grande cabedal de conhecimentos que podem ser aproveitados para a formação de um currículo para a escola do campo. Porém, é preciso que haja a oportunidade para que os mesmos acessem conhecimentos e práticas ainda desconhecidas para ele, formando assim uma troca que enriquecerá ambos os lados.

Este é então o grande desafio a ser superar: construir um currículo que resgate a auto-estima do homem do campo, principalmente do agricultor familiar, e de seus filhos, e que privilegie uma busca incessante e permanente pela democratização do saber.

Nesse currículo é necessário contemplar a certeza de que se deve trabalhar para que haja a superação do temor da exclusão social do homem do campo ou do homem educado no campo, seja garantindo a sobrevivência física desses homens e mulheres do e no campo, muitos lavradores de subsistência, seja pela busca da superação do sentimento corrente entre eles de que não podem desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos podem apenas por pertencerem a um meio social diferente.

O grande desafio está na nossa capacidade e na nossa coragem de construir uma proposta que promova a Educação Rural, no sentido de ser capaz de transformar a realidade; recuperando a autoestima dos agricultores familiares; agregando renda aos seus projetos; possibilitando a melhoria efetiva das condições de vida; garantindo a sucessão na propriedade; implementando um conjunto de políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional através de ações afirmativas(RODO & ENDERLE, 2005, p. 9).

Essa mudança da realidade deverá ser garantida por educadores formados para isso munidos de um currículo que em a garantia da universalização do ensino, isto é, que todos os jovens, filhos e filhas de moradores do campo possam ingressar, frequentar e permanecer na escola do campo desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, com sucesso, preferencialmente sem necessidade sair de sua comunidade, fato que não é comum hoje, uma vez que as escolas do campo dificilmente ofertam além do segundo ciclo do Ensino Fundamental.

Também a qualificação profissional, como já foi dito anteriormente, deve partir de um pressuposto de que as ações na educação do campo sejam pautadas por práticas educativas associadas a situações de conhecimento sobre o tema, que o desenvolvimento de programas curriculares permitam a progressão do aluno no ensino-aprendizagem, respeitando suas peculiaridades e limites.

Deve-se levar em conta que são alunos e alunas saídos de uma realidade bem específica, muitas vezes, apesar da modernidade, sem uma prática cotidiana e natural de acesso às tecnologias, mas, por outro lado, também são portadores de saberes populares que os diferenciam.

A fim de cumprir o compromisso da Constituição de educação para todos, adequada formação dos educadores do campo, munidos de um currículo adequado à realidade do campo, deve ser vista como uma tarefa urgente e imprescindível, que vai exigir de todos os envolvidos no processo um cuidado especial com a metodologia a ser adotada na realização desse propósito.

Para essa tarefa, o estado deve ser o principal meio de assegurar que todos tenham o direito à educação gratuita e de qualidade, mas para que esse direito seja cumprido é necessário que todos os envolvidos com a educação, seja rural ou urbana, estejam atentos.

No entanto, o papel do estado não deveria ser apenas de provedor das diferentes educações, mas também de agente financiador das mesmas, que deve monitorar e avaliar as instituições urbanas e do campo.

Afinal, a Educação do Campo deve se constituir em um plano educacional amplo, para ser alcançado por meio de sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida e; nesse caso, essa deve ser uma educação voltada para que ele possa compreender seu meio, mas também possa difundir suas tradições e satisfazer suas necessidades humanas de conhecimento.

Vivências da prática educativa na escola Estadual do Campo Ouro Verde:

Trabalho na Escola Estadual Do Campo como pedagoga há quatro anos e venho fazendo um trabalho voltado a atender as expectativas dos educandos, levando em consideração a colocação “Educação para todos” e que esta seja de melhor qualidade.

Quando comecei trabalhar nessa escola localizada na zona rural, aproximadamente uns 10 quilômetros do município de Tapira ela ainda não era reconhecida como Escola do Campo era somente característica do campo.

Foi então que em reuniões convocadas pelo (NRE) Núcleo Regional de Umuarama que houve a hipótese de estarmos regularizando a documentação uma vez que já situada em zona rural e característica do campo , que esta fosse realmente reconhecida e documentada como escola do Campo.

Sabendo que ia iniciar uma Especialização em Educação do Campo me interessei e fiz minha inscrição. Iniciei o curso e no começo quase desisti devido a dificuldade em conciliar estudo e trabalho. Com o passar do tempo fui me organizando melhor, cada módulo era uma conquista e tudo o que aprendia eu repassava para meus colegas de trabalho em reuniões pedagógicas, replanejamento, hora atividade etc.

O conhecimento adquirido através dos textos, encontros presenciais, vídeos etc. fui aos poucos levando para dentro da minha escola. Por muitas vezes me deparei com dificuldades por conta de algumas atitudes dos educadores em relação a aceitação, senti que havia grande rejeição quando se falava no assunto.

Diante dessas dificuldades em aceitação precisei por várias vezes ir a busca de mais informações junto ao NRE Núcleo Regional de Educação em

Umuarama onde foram realizado reuniões para esclarecimento de dúvidas e assim levá-los até o conhecimento de toda comunidade escolar.

Após toda essa trajetória conseguimos a mudança da nomenclatura da Escola onde essa passou a ser Escola Estadual do Campo Ouro Verde mudança essa realizada com certeza pelo apoio que pude conseguir através dessa Especialização, pois até então a comunidade escolar não queria nem ouvir a falar nessa mudança, tinham um conceito de que a Escola do Campo era para atender somente os alunos que não tinham possibilidades de ir para escola da cidade, que os professores que vinham trabalhar nessa escola era porque não tinha outra opção, ou uma forma de castigar entre outros conceitos que existiam até o momento.

Fizemos um momento onde toda comunidade local e escolar participou da reunião onde foi lavrado em ata sobre a mudança da nomenclatura da escola e em seguida aprovada pelo NRE de Umuarama, posteriormente fizemos o uniforme dos alunos já com o nome correto de nossa escola.

Para mim essa Especialização foi de grande relevância e deixou um marco em nossas vidas a mudança e a aceitação de termos em nosso município o privilégio de ter uma Escola do Campo.

4. CONCLUSÃO

Partindo das análises dos autores citados por este trabalho, percebe-se que a Educação do Campo é tema bastante discutido nos meios acadêmicos e tem um longo histórico de lutas para sua implantação, desde o início, com os movimentos sociais do campo, até hoje, quando os governos passam a se dar conta de que o tema é relevante para muita gente.

O que mais ressaltou, da leitura da bibliografia sobre esta educação foi a preocupação dos autores com os meios e métodos através dos quais ela deve ser implantada e como fazer para que ela não se torne uma forma de exclusão social.

Da mesma forma, a preocupação com a formação dos educadores e de um currículo adequado e inclusivo para a educação no campo se torna cada vez mais presente, uma vez que ela se encontra em processo de implantação.

Conclui-se que a educação do campo deve ter, portanto, uma metodologia própria, que a torne inclusiva, uma vez que foi muito citado o preconceito sofrido pelas populações rurais, sendo consideradas, muitas vezes, atrasadas social e tecnologicamente.

Também é preciso que haja um currículo adequado para ela, uma vez que o currículo deve funcionar com o um instrumento norteador das ações pedagógicas de todo o processo escolar do campo.

Por fim, conclui-se que a educação do campo veio para ficar e, ainda que só por esse motivo, é preciso colocá-la em prática de forma a que os alunos, objetivo final de toda educação, possam ter ao seu dispor uma educação de qualidade, que os transforme em pessoas críticas e conscientes, tanto de seus deveres como de seus direitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, C. A. & LUCINI, MA. *Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação*. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.
- ARROYO, Mi. G.. *A escola do campo e a pesquisa do campo: metas*. In. MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação – *Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo*. Caderno de subsídios, Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei no 5692/71). <http://www.pedagogiaemfoco.br> . Acesso em 20/2/2014.
- BRASIL. Ministério da Educação – *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Brasília, DF, 2002.
- DELORS, J. *et alii. Educação: um tesouro a descobrir*. Cortez: São Paulo, 1998
- INEP. Panorama da Educação do Campo. Brasília: INEP, 2007. 44p. Disponível em: <http://www.red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf>. Acesso em: 23/2/2014.
- JUNIOR, A. F. S. & BORG, M. B. *Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades*. Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011).
- MARTINS, M. F. A. & COELHO, A. M. S. *Saberes e fazeres do/no campo: desafios e possibilidades da educação básica do campo para a área de ciências sociais e humanidades*. Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Montevideu, 2009.
- MUNARIM, A. *Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. Caxambu, 2006. (GT 3 - Movimentos Sociais e Educação). Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em 12/3/2014.
- Nascimento, C. G., *Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci*, Universidade Federal do Tocantins, Guarapari: Editora Ex-Libris, 2005.
- PARANÁ. Instrução Conjunta 001/2010. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. 2010.

RODO, A. B & ENDERLE, A. T. *Educação do campo: um novo currículo com novas práticas pedagógicas*. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR/RS. 2005.

SAVIANI, D. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. In Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012. Acesso em: 15/3/2014.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: http://http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em: 15/3/2014.

UNICAMP. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - *O letramento dos professores das escolas do campo*. UNICAMP - Campinas – 2012.